

POLÍTICA ECONÔMICA

Plano de desenvolvimento é passo seguinte

A primeira fase da privatização estará concluída em março. A segunda etapa deverá ser articulada com a política de longo prazo

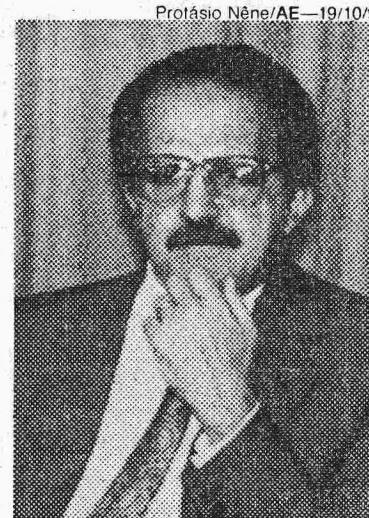
ROLF KUNTZ

Uma política de médio e de longo prazos, com programas para ciência, indústria, tecnologia, combate à pobreza e desenvolvimento regional, deverá estar montado no primeiro trimestre, segundo o ministro do Planejamento, Paulo Haddad. O novo Plano Plurianual, baseado nesse trabalho, será mandado ao Congresso em abril. O plano é previsto no artigo 165 da Constituição.

O programa de curto prazo, com divulgação prevista para este fim de semana, deverá indicar as linhas de combate à inflação e de ajuste das contas públicas. Um documento com cerca de 60 páginas deverá resumir as propostas do Executivo para reforma fiscal, salários, tarifas, câmbio, juros, questões legais da privatização e dívidas do setor público.

O acerto das contas públicas poderá ser facilitado por uma receita extra: empresas que contestaram a legalidade do Finsocial poderão ter de pagar entre US\$ 8 bilhões e US\$ 10 bilhões, diz o ministro Paulo Haddad. A primeira sentença do Supremo Tribunal Federal favorável ao governo foi dada no dia 18.

Aperto — As políticas de câmbio e de juros deverão ser mantidas. A idéia é conservar o custo do dinheiro acima da taxa da inflação, para estimular a aplicação em contas de poupança e papéis do mercado financeiro. Isso é uma forma de evitar a especulação com estoques de mercadorias, dólares e ações, conter o consumo e garantir a rolagem da dívida pública. Só será possível abrandar a política de juros quando a política fiscal produzir os primeiros efeitos, garantindo superávit orçamentário. No primeiro trimestre, a política monetária deverá ser dura, admite o ministro Paulo Haddad. Será necessário compensar a expansão do dinheiro ocorrida no final deste ano.

**Haddad**

Primeiro trimestre ainda será de aperto

O dólar deverá continuar subindo em ritmo suficiente para manter-se um bom fluxo de exportações. Como o custo de produção não para de subir, é preciso desvalorizar o cruzeiro: com isso se impede o encarecimento do produto nacional em moeda estrangeira e mantém-se o poder de competição do exportador brasileiro.

Desenvolvimento — A próxima etapa da privatização será articulada com a política de desenvolvimento industrial. Os leilões programados até março deverão realizar-se normalmente, segundo Haddad. Até lá deverá estar esgotado o estoque de "moedas podres" em circulação, cerca de US\$ 7 bilhões.

Os setores de eletricidade, petróleo e telecomunicações deverão ter tratamento diferente. O governo não terá de renunciar ao controle das empresas principais de cada setor, mas poderá propor novas formas de participação privada e de divisão de funções em áreas consideradas estratégicas. A política deverá ser discutida em foros interministeriais abertos a audiências públicas.